

A Teoria na Prática

Pela Constituição, o Brasil tem um sistema de saúde que o coloca entre os países mais desenvolvidos: a saúde é um direito assegurado a todo cidadão. Na prática, o Brasil é um país doente e a enfermidade crônica da saúde pública brasileira evolui rapidamente para um estado terminal.

A situação é de calamidade. Na semana passada, representantes da Ordem dos Advogados do Brasil e membros do Sindicato dos Médicos de São Paulo, constatarem em um dos maiores hospitais da cidade, o Hospital do Mandaqui, condições de atendimento tão ruins que já configuram uma violação dos direitos humanos dos pacientes. A comissão se deparou com cenas dignas de um hospital de guerra, com corredores lotados de pacientes em macas e até mesmo um cadáver embrulhado em um dos leitos.

Em primeiro lugar, gasta-se pouco com saúde: US\$ 80 por habitante a cada ano, enquanto o Chile gasta US\$ 800 e os Estados Unidos US\$ 2 500. Também se gasta mal: mais de 30% das verbas para a saúde se perdem nas malhas da corrupção, sobretudo na manipulação das autorizações de internamento hospitalar (AIHs).

Os hospitais públicos têm doentes atirados pelos cantos, não dispõem de equipamento mínimo para um atendimento digno, têm armários sem medicamentos, CTIs desativados e higiene precária. O ciclo vicioso envolve baixos salários e péssimos serviços que transformam esses hospitais em locais de alto risco.

A inclusão das despesas com a assistência à saúde a toda a população no orçamento da Previdência, alterou incontrolavelmente os seus objetivos. Em vez de arrecadar recursos e aplicá-los, visando a atender a curva dos benefícios, a Previdência brasileira passou a consumir a metade das contribuições no custeio dos hospitais, em gigantescas fraudes no campo dos convênios e na manutenção da excessiva e ineficiente máquina funcional.

O país que garante na sua Constituição saúde para todos, não tem em sua rede pública, nem um leito por mil habitantes para fim de internação, quando o recomendado pela Organização Mundial é de três leitos para cada mil habitantes. Uma pesquisa sobre Assistência Médico-Sanitária, divulgada esta semana pelo IBGE, revela um dado mais grave ainda: o número de leitos em estabelecimentos públicos vem declinando a partir de 1980, quando ofereciam 1,03 leitos por mil habitantes. Em 1990, o número de leitos por mil habitantes caiu para 0,87.

O documento *Diagnóstico da assistência à saúde no Brasil*, preparado pela Associação Médica Brasi-

leira (AMB) e pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) traça um quadro de desigualdades no atendimento, evasão e desvio de recursos, fraudes e falta de investimentos. O caminho que o dinheiro da Saúde percorre dentro dos governos estaduais e municipais é tão tortuoso quanto ao percorrido pelos pacientes que chegam agonizando aos hospitais, depois de ficarem dias batendo de porta em porta à procura de assistência.

O documento da AMB e da UFMG denuncia que a "principal fonte de recursos para a Seguridade Social, que é justamente a contribuição de empregados e empregadores, sofre uma evasão estimada de mais de 40%".

Há mais: o débito acumulado da União com a Previdência, entre 1986 e 1990, é de US\$ 12,2 bilhões.

Na verdade, não existe no Brasil política de saúde nem um planejamento real para orientar o que fazer com o doente. Cada governo que entra muda o que foi planejado pelo antecessor. Desde o final da década de 70, termos como "universalização" e "integração" do atendimento médico recheiam propostas e planos de burocratas mirabolantes. Mas, na prática, a saúde e a doença continuam sendo reutilizadas para ganhar votos e milhões são aplicados em mudanças impraticáveis.

A irracionalidade do sistema é completa: mesmo em número insuficiente, os leitos continuam sendo desativados. Há carência de médicos, mas pouco se faz para mantê-los em serviço. A maioria dos doentes pelos pronto-socorros poderiam ser tratados em postos de saúde ou em pequenos hospitais regionais. E a Constituição diz que a saúde é um direito de todos.

Nossa Constituição optou pelo *wishfull thinking*, ao universalizar o direito a assistência médica, desmoralizando a Lei maior e exasperando uma população que passa a esperar do Estado o cumprimento de uma tarefa inexecutável. Nenhum país do mundo promete tal magnanimidade. Nem mesmo os países escandinavos, célebres por seus sistemas de seguridade social, que hoje estão reduzindo o alcance de seus respectivos *welfare states*.

Uma das soluções seria ampliar o atendimento pelos planos de saúde privados, proporcionalmente ao poder aquisitivo de cada contribuinte, reservando à população de baixa renda a cobertura total através de recursos públicos. Mas isso seria uma prova de excessivo bom senso, num país onde os parlamentares passam o tempo criando impostos que mal dão para tapar o rombo dos gastos com salários que eles mesmo autorizam no dia seguinte.